

caderno de retorno

Direitos territoriais e conflitos socioambientais: desafios e resistências

Territorial Rights and socio-environmental conflicts: challenges and resistances

Maria do Socorro Diógenes Pinto¹

¹ Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, Paraná, Brasil; Faculdade Católica do RN, Curso de Direito, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: diogenesadvocacia@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5337-7130>.

Submetido em 03/05/2022

Aceito em 14/06/2022

Como citar este trabalho

DIÓGENES PINTO, Maria do Socorro. Direitos Territoriais e Conflitos Socioambientais: desafios e resistências. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, Brasília, p. 499-504.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 8 | n. 2 | jul./dez. 2022 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684

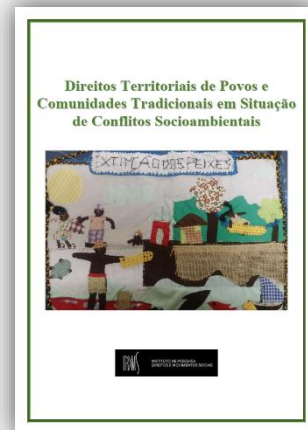


Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Direitos territoriais e conflitos socioambientais: desafios e resistências

Resenha de

SOUZA FILHO, C. F. M.; JOCA, P. M.; OLIVEIRA, A. C.; MILÉO, B. A. P.; ARAÚJO, E. F.; MOREIRA, E. M.; QUINTANS, M. T. D. (Org.). *Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais*. Brasília: IPDMS, 2015. Disponível em: <http://www.ipdms.org.br/files/2013/10/livro-direitos-territoriais.pdf>.



O livro “*Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais*” é uma publicação, em formato digital e de acesso livre, produzida pelo Grupo Temático “Povos e Comunidades Tradicionais, Questão Agrária e Conflitos Socioambientais”, do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), sob a organização de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Priscylla Monteiro Joca, Assis da Costa Oliveira, Bruno Alberto Paracampo Miléo, Eduardo Fernandes de Araújo, Erika Macedo Moreira e Mariana Trotta Dallalana Quintans.

Trata-se de uma produção coletiva, a começar por sua capa, que traz a imagem de uma *arpilleira* produzida por pescadoras amazônicas, em uma atividade realizada pela Universidade Federal do Pará e o Movimento dos Atingidos por Barragens. Assim, o livro se inicia com uma “*Carta das Pescadoras Encantadas*”, documento que explica o significado das imagens que compõem a *arpilleira*.

A obra, que possui a colaboração de quarenta e nove autores, foi construída a partir de uma chamada pública, que resultou na seleção trinta e seis artigos, organizados em oito seções, que abordam temas relevantes e atuais relacionados à questão agrária, comunidades tradicionais, direitos territoriais, conflitos socioambientais, direitos humanos, movimentos sociais e agroecologia.

Nesse sentido, representa uma interlocução do Direito com os movimentos sociais e comunidades tradicionais, a partir de uma análise interdisciplinar, construída, em sua maioria, através de pesquisas empíricas, que, por meio de estudos de casos, retratam as diversas formas de violações aos direitos humanos perpetradas no território brasileiro, assim como experiências e modos de vidas de povos e comunidades tradicionais.

Por ser uma obra coletiva e que aborda diferentes temáticas, apresentar-se-á um breve panorama sobre cada seção.

A primeira seção, denominada de *“Povos Indígenas: pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro”*, é composta por seis artigos, sendo um em língua inglesa. Os temas são os mais variados, como: a relação do direito internacional com o direito dos povos indígenas às terras, aos territórios e aos recursos naturais; a educação indígena diferenciada, apresentando a experiência exitosa da Escola Diferenciada Indígena Tremembé de Ensino Fundamental e Médio Maria Venâncio, situada na aldeia de Almofala, no município de Itarema, estado do Ceará; a participação indígena nas ações de saúde indigenista, no estado do Maranhão; a historiografia legislativa sobre a participação de populações ameríndias e do movimento social indígena no processo Constituinte de 1988 e seus reflexos com relação à garantia de direitos dos povos indígenas; as violações aos direitos humanos de povos indígenas provocadas pela implantação de políticas públicas de desenvolvimento – por meio de estudos de caso sobre os impactos provocados pela implantação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, no estado do Pará; e os impactos provocados pela implantação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú para povos indígenas do estado do Ceará.

A segunda seção recebeu o título *“Quilombolas: o escravo que mata o senhor pratica um legítimo ato de autodefesa (Luís Gama)”*, possuindo três textos. O primeiro discute o processo de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Lagoinha de Baixo, localizada no Mato Grosso, e os seus reflexos na construção da identidade política de seus habitantes; o segundo apresenta algumas reflexões sobre os aspectos materiais, jurídicos, políticos, simbólicos e culturais relativos à luta por direitos e por reconhecimento social das comunidades quilombolas; e o terceiro aborda a educação diferenciada de povos quilombolas, a partir da análise das escolas existentes na comunidade quilombola Taperu, localizada no município de Porto de Moz, no estado do Pará.

A terceira seção, que foi intitulada de *“Comunidades Tradicionais de Terreiro: Saravá Iansã a grande guerreira, orixá do raio e do vento, que ajuda com sua energia vencer as lutas e as dificuldades (Prece a Iansã)”*, traz apenas duas contribuições textuais. A primeira apresenta uma discussão sobre as ações desenvolvidas por comunidades tradicionais de terreiro, na região de Marabá, no estado do Pará, na busca por igualdade racial junto ao poder público local; e a segunda retrata as práticas educativas desenvolvidas pelas Comunidades de Terreiro e outras Organizações Negras Baianas.

“Direitos Territoriais e Questão Agrária no Brasil: Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades que nos privam de viver e de amar! (D. Pedro Casaldáliga)” é o título da quarta seção, composta por nove artigos, que abordam diversos temas como: o processo de acumulação capitalista, suas formas de

subordinação e expropriação de camponeses, indígenas e quilombolas, no Brasil, e as formas históricas de resistência destes povos; o processo de formação e consolidação de fronteiras, que deu margem à criação de um segmento do campesinato brasileiro, denominado de campesinato de uso comum; as formas de organização e construção de sujeitos coletivos e as modalidades de reivindicação de grupos vulneráveis, no estado de Minas Gerais; as dinâmicas territoriais relativas aos conflitos e formas de resistências de pescadores artesanais, no estado de São Paulo; o reconhecimento do direito fundamental à moradia a partir do indeferimento do pedido liminar em ações possessórias; as consequências do apossamento ilegal; a luta pelo acesso à terra de famílias camponesas, no estado do Pará; as ações de uma Comissão de Assentados do Amazonas em face dos conflitos agrários e a disputa pelo uso dos recursos naturais; e a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, do município de Nova Iguaçu/RJ, na construção de políticas públicas e no desenvolvimento territorial.

A quinta seção, denominada de “*Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos e Ambientais: sem indignação, nada de grande e significativo ocorre na história humana (Michael Löwy)*”, é constituída por dez artigos sobre as seguintes temáticas: o processo de reconhecimento e caracterização das violações de direitos sofridas por povos e comunidades tradicionais, no estado do Ceará, envolvidas em conflitos socioambientais; a Carta de Crédito das populações atingidas pela Usina Hidrelétrica Belo Monte; os impactos provocados por projetos de infraestrutura de grande escala nos territórios de turismo comunitário pertencentes a populações tradicionais costeiras residentes no litoral oeste cearense; as consequências do despejo forçado da comunidade rural Santo Antônio, localizada no município de Vitória do Xingu, Oeste do Estado do Pará, provocado pela implantação da hidrelétrica Belo Monte; o conflito socioambiental desencadeado pela criação de uma unidade de conservação, na Praia do Aventureiro, no sul da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, e o processo de recategorização dessa área de proteção ambiental; o conflito socioambiental envolvendo povos tradicionais caiçaras residentes na Estação Ecológica Jureia-Itatins, no estado de São Paulo; o papel do estado brasileiro com relação à liberação de agrotóxicos no país; as condições de vida do sertanejo nordestino durante o período da seca; os conflitos territoriais decorrentes da criação de unidades de conservação de proteção integral em áreas previamente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, no estado da Bahia; e os impactos do Novo Código Florestal para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

A sexta seção tem como título “*Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada: dendê no bacalhau, legítima e generosa transgressão (Mundo Livre S/A)*”, possuindo apenas dois artigos, os quais discutem a importância do instituto da Consulta Prévia, Livre e Informada para a garantia dos direitos de povos

indígenas; e o direito dos povos e comunidades tradicionais de determinar os rumos de seu próprio destino, respectivamente.

A sétima seção, cujo título é “*Sistema de Justiça: a vida não é a que a gente viveu e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la (Gabriel García Márquez)*”, também possui somente duas contribuições textuais. A primeira apresenta uma análise doutrinária e jurisprudencial no tocante à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, por descumprimento da dimensão ambiental da função social da propriedade; e a segunda aborda o papel da advocacia popular frente às contradições do sistema de justiça e aos usos do direito no tratamento dos movimentos sociais, a partir do estudo de caso sobre a tentativa de dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por parte do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no ano de 2008.

E a oitava seção foi denominada de “*Agroecologia: se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida (Cora Coralina)*”, possuindo também apenas dois artigos. O primeiro aborda a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e o segundo apresenta um relato da experiência de um grupo universitário, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto a agricultores familiares.

Diante desse contexto, essa obra proporciona um debate interdisciplinar e atual sobre os diversos tipos de violações de direitos e disputas territoriais existentes no Brasil, envolvendo, principalmente, povos e comunidades tradicionais, possibilitando, assim, um panorama do cenário nacional, com relação aos conflitos socioambientais e suas consequências jurídicas, sociais e econômicas.

Referências

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; JOCA, Priscylla Monteiro; OLIVEIRA, Assis da Costa; MILÉO, Bruno Alberto Paracampo; ARAÚJO, Eduardo Fernandes de; MOREIRA, Erika Macedo; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana (org.). *Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais*. Brasília: IPDMS, 2015. Disponível em: <http://www.ipdms.org.br/files/2013/10/livro-direitos-territoriais.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

Sobre a autora

Maria do Socorro Diógenes Pinto

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Professora do Curso de Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.